



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 044/2021/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0036.190970/2019-07

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, bem como Limpeza, Desobstrução do Sistemas de Esgotos (tubulação, Caixa de inspeção e Caixas de Gordura), visando atender ao Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP/II desta Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESA/RO, por um período de 12 (doze) meses.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do(a) Pregoeiro(a), designado(a) por meio da **Portaria Nº 131/2020/SUPEL-GAB publicada no DOE do dia 05.11.2020** em atenção à intenção de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pelas empresas **EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA** e **CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, já qualificadas nos autos do processo em epígrafe, com base no princípio da vinculação ao edital, da legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA** e **CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou a aceitação e a habilitação da empresa MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME, no **item 01**.

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o(a) Pregoeiro(a) recebe e conhece a intenção interposta, sendo considerada tempestiva e encaminhada por meio adequado.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

a) **EMOPS SERVICOS E COMERCIO LTDA**

Em síntese, apresentamos abaixo as razões recursais da referida empresa:

Recurso

Conforme edital do pregão eletrônico nº 044/2021/KAPPA/SUPEL/RO, o objeto do certame é o seguinte: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Operação, Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças em Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, bem como Limpeza, Desobstrução do Sistemas de Esgotos (tubulação, Caixa de inspeção e Caixas de Gordura), visando atender ao Hospital e Pronto Socorro João Paulo II - HEPSJP/II desta Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO, por um período de 12 (doze) meses. O processo licitatório ocorreu tendo a empresa MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI se consagrado vencedora no certame. No entanto esta recorrente, quando da análise da documentação de habilitação da aludida empresa, verificou que existem inconsistências que ensejam sua imediata inabilitação.

Os atestados apresentados pela empresa apenas apresentam características, em sua soma, com o objeto do certame, sendo que nenhum deles apresenta a quantidade mensurável do serviço, seja em unidades, valores, meses de execução ou qualquer outra forma de aferição utilizável para comprovar a execução de ao menos os **20% exigidos** no edital.

Dos atestados apresentados, o atestado entregue pela empresa e que refere-se à ETE (Caerd), que, diga-se de passagem, possui a parcela de maior relevância no objeto do contrato, fora emitido em 28/06/2017 e não apresenta a quantidade expressa em unidade ou valor referentes à execução dos serviços da ETE. No mesmo norte, os atestados que se referem unicamente à parcela referente à limpeza, coleta, transporte e tratamento de esgoto também não demonstram a quantidade expressa em unidade ou valor, ficando claro o descumprimento das exigências do edital.

Portanto, sem necessidade de maiores elucubrações, verifica-se que a empresa tida por vencedora não demonstrou a capacidade técnica exigida no edital, motivo esse que requer-se sua inabilitação com a continuidade do procedimento licitatório.

Ao final requer:

1. seja conhecido o mérito do presente recurso e julgado procedente para anular a habilitação da primeira colocada no certame, porquanto descumpriu as exigências contidas no edital no item 10, alíneas a, a.1, a.2 e a.3;
2. por consequência lógica, inabilitada a primeira colocada requer-se a nova convocação dos licitantes para a continuidade do procedimento a partir do ato anulado;
3. Em havendo recuso sob o juízo de retratação, requer o encaminhamento do presente recurso à apreciação da autoridade superior.

b) CASA NOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EPP,**Recurso**

Entendesse que para as empresas ser habilitadas deveram compor em sua pasta de habilitação Atestados de CONTRATOS, e com a demonstração que tenha experiências compatíveis em EXAMES LABORATORIOS (ANÁLISE) e expertise em Manutenção em ETE. Vejamos os atestados apresentados pela licitante declarada vencedora:

- Companhia de águas e esgoto de Rondônia, apresentou que fez serviço de manutenção corretiva e preventiva na ETE- Estação de tratamento de esgoto. Não demonstra em quantidades e nem demonstra Exames Laboratoriais e nem também o tempo do serviço executado para demonstra os 20%.
- Hermasa Navegação da Amazônia S.A, apresentou serviço de coleta (carro fossa)
- 5º Bec, apresentou limpeza de caixas d'água e cisterna
- CentroFarma, apresentou serviços de limpeza de caixas d'água e cisternas
- Condomínio Residencial da Eletronorte Setor Oeste, apresentou serviços de limpeza de caixa d'água.
- Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – Fease, apresentou serviços de limpeza de fossas, coleta. • Votorantim Cimentos, apresentou serviços de coleta (carro fossa).

Fazendo uma análise geral dos Atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante declarada vencedora, está mais que comprovado que esta empresa não tem as habilidades e nem tão pouco experiências no ramo de ESTAÇÃO DE TRATAMENTOS ETE. Ficou mais que claro que a

mesma e uma empresa de coleta de resíduo (carro fossa). Trazendo para realidade de hoje em falar de Manutenção de estação de tratamento, não se quer falar que esta empresa que será contratada, fara apenas um trabalho simples, que pode ser operado por qualquer pessoa, mesmo ela tendo responsável técnico engenheiro, mais não tendo experiência ou curso específicos para isso, trará serio danos para meio ambiente e em consequências penalidades para o Órgão público. Trabalhar com manutenção de ETE, tem várias atribuições para o responsável técnico e sua equipe, pois ali tem que demonstrar conhecimento tanto com os produtos químicos, saber operar os maquinários que estão instalados na ETE, e mais importante fazer as coletas corretas para as análises.

Ocorre que a licitante declarada vencedora do certame, deixou de entregar as declarações conforme abaixo:

- b) Apresentar Declaração Formal que posterior a homologação do certame e anterior a Elaboração do Contrato, entregará:
- c) Licença Ambiental de Operação do Órgão Ambiental Municipal/Estadual competente para a atividade pertinente ao objeto;
- d) Licença Ambiental de Operação do Órgão Ambiental Municipal/Estadual do local de destinação final do lodo proveniente da ETE;
- e) Licença da Vigilância Sanitária vigente na época do certame para o objeto deste; f) Alvará de funcionamento expedido por Órgão competente;

Ao final requer:

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria, respeitosamente, o RECEBIMENTO do presente recurso, com o seu consequente PROVIMENTO, promovendo-se a REFORMA da decisão que declarou MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI (03.665.323/0001-92), Vencedora Pregão 044/2021/KAPPA//SUPEL/RO, DESCLASSIFICANDO-SE a referida empresa do certame e prosseguindo-se à análise das demais propostas, conforme as regras do edital. Em havendo recuso sob o juízo de retratação, requer o encaminhamento do presente recurso à apreciação da autoridade superior. Pede deferimento.

3. DA CONTRARRAZÃO

A empresa **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME** em sua defesa apresenta a CONTRARRAZÃO, vejamos:

1. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA EMOPS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

Notadamente, a manutenção da ETE do Hospital João Paulo II não é o único serviço a ser executado, cabendo também a limpeza e desobstrução dos sistemas de esgoto daquele nosocômio. Ao tratar da qualificação técnica, o ITEM 13.8 do Edital exigiu que as licitantes apresentassem “ao menos um” atestado de capacidade técnica comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível. A empresa Marifossa, por sua vez, apresentou o referido documento, que fora também mencionado pela recorrente EMOPS, emitido pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, onde esta autarquia atesta que a Marifossa “executa serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças da ETE-Estação de Tratamento de Esgoto, nas nossas unidades de tratamento”. Percebe-se que o referido atestado tem o condão de CERTIFICAR que a Marifossa ainda está prestando esse serviço, e em mais de uma unidade de ETE pertencente à CAERD, que presta esse serviço de concessão pública. O objeto desse certame, entretanto, trata de serviço para apenas UMA ETE, que pertence ao Hospital João Paulo II, de modo que não é necessário muito esforço para compreender que o serviço realizado pela Marifossa para a CAERD é, de veras, muito maior que o previsto no objeto desta licitação. Ademais, o Atestado emitido por empresa pública, indicando expressamente a compatibilidade do serviço prestado com aquele que doravante é licitado, somando-se aos demais atestados que comprovam a inequívoca capacidade técnica da Marifossa com relação a serviços que envolvem gestão de redes e esgoto, limpeza, captação, tratamento e destinação de efluentes, não deixam dúvidas de que a Marifossa é capacitada tecnicamente para a realização do trabalho, que, diga-se de passagem, é consideravelmente

simples. Tais fundamentos da empresa recorrente, portanto, não passam de meras ilações sobre sua irresignação e inconformismo com a derrota experimentada, merecendo ter seu provimento negado.

2. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA CASA NOVA ENGENHARIA:

A empresa Casa Nova, por sua vez, também interpôs recurso, fundamentando que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Marifossa são incompatíveis, bem como não teria apresentado declaração de que apresentaria documentos até antes da assinatura do contrato. Seus fundamentos, contudo, não parecem prosperar tendo em vista a pequena, mas relevante, confusão que esta recorrente tenta promover com a interposição da irresignação. Nota-se que a empresa Casa Nova se refere à necessidade de apresentação de “Atestados de Contratos e com a demonstração que tenha experiências compatíveis em EXAMES LABORATORIAIS (ANÁLISE) e expertise em Manutenção em ETE”. Porém, em nenhum momento o objeto do certame foi modificado para “Contratação de empresa especializada em análises laboratoriais”.

A confusão propositalmente intentada por esta recorrente aduz à conclusão de que houve um mero equívoco, causado por singelo erro material, no subitem 13.8.1 do Edital, contudo sem alterar a substância da exigência, que ficou claro para todos os licitantes, tanto é que participaram normalmente.

Do mesmo modo, não precisou muita capacidade cognitiva dos licitantes para compreender que se tratava de um erro material, que não tem capacidade de alterar o andamento do certame e tampouco modificar a exigência ou o objeto licitatório. Esta recorrente, por sua vez, demonstra má-fé absoluta ao fundamentar o não atendimento desta exigência, lançada equivocadamente no instrumento.

Provavelmente a empresa Casa Nova apresentou um atestado de capacidade técnica que comprova sua expertise em “Exames Laboratoriais”, já que está apontando a falta desse documento pela empresa vencedora. Seria interessante esta comissão analisar este documento – caso exista- e o encaminhe para as autoridades competentes, visto que se mostra, no mínimo, estranho que uma empresa de serviços de Engenharia tenha recebido um atestado de capacidade técnica pela realização de exames laboratoriais (sangue, fezes, urina, etc...).

Ademais, as alegações de que a Marifossa não apresentou declaração de que iria apresentar o vínculo com o responsável técnico após a homologação do certame e antes da assinatura do contrato, também não merece prosperar. Com o fim de contribuir com a celeridade dos trâmites, e sabendo da obrigatoriedade de tais documentos, devido sua experiência em processos dessa natureza, a Marifossa se adiantou e já apresentou os documentos ainda na fase de habilitação, de modo que a apresentação adiantada dos documentos que seriam futuramente exigidos não tem o condão de configurar violação ao instrumento convocatório. De qualquer modo, os documentos já estão em poder da administração pública e poderão ser novamente apresentados, caso haja necessidade.

Ao final requer:

Diante de todo o exposto, requer seja negado provimento a ambos os recursos apresentados pelas recorrentes. Nesses termos.

Por esta razão e como discricionariedade da administração, em conceder a revisão do quadro, se ao se manifestar, a licitante, demonstrou indícios ou informações relevantes, passaremos a reconhecer a manifestação como recurso impetrado e julgamos as alegações, como segue:

4. DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no julgamento recursal, ressaltamos alguns pontos que versam sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da

vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais já coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do recurso interposto pela recorrente passamos ao Julgamento.

Passo a informar os feitos desta Pregoeira no ato da licitação quanto a análise da Qualificação Técnica, vejamos o que diz o subitem 13.8.1 do Edital.

13.8.1. Apresentação de pelo menos **um atestado** (os) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características e quantidade em Realização de Exames Laboratoriais, conforme delimitado abaixo:

Vejamos o que diz a Orientação técnica número 001/2017/GAB/SUPEL e 002/2017/GAB/SUPEL, em seu Art. 4º, Inciso II referente a qualificação técnica, em se tratando de Serviço:

Art. 4º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à prestação de serviços em geral e obras de engenharia, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:

[...]

II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características e quantidade, limitados a parcela de maior relevância e valor significativo;

Dito isto, passamos a analisar de forma genérica os atestados apresentado pela empresa MARIFOSSA, constante nos autos do processo no (ID 0018442327).

Quanto as características, esta pregoeira vislumbrou que na página 80, 81 e 87 a empresa apresenta os referidos atestados, vejamos:

- Atestado emitido pela empresa CAERD, atestando que a MARIFOSSA efetuou o serviço de Tratamento de Esgoto (ETE).
- Atestado emitido pela AMAGGI, atestando que a MARIFOSSA efetuou o serviço de " *limpeza, coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final de esgoto sanitário, conforme contrato nº 038624/2018.*"

- Atestado emitido pela FEASE, atestando que a MARIFOSSA efetuou o serviço "*limpeza de fossa sépticas e desobstrução, limpeza de redes de esgoto, limpeza de caixa de inspeção e caixa de gordura...*"

Logo entende-se que a mesma já prestou serviço compatível, similar e/ou idêntico ao solicitado no Edital.

Noutro ponto, em relação as quantidades o Edital na alínea "a.2" diz:

a.2. Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma comprove que a empresa licitante entregou no **mínimo 20% (vinte por cento) do item em que a empresa apresentar proposta.**

O Edital solicita somente 01(um) serviço, logo se apresentasse 01 atestado que atendesse as características já atenderia ao solicitado, a MARIFOSSA apresentou 03 atestados.

Quanto a alegação da empresa CASA NOVA a não apresentou de declarações solicitada no edital, esta Pregoeira esclarece que conforme Edital em seu subitem 13.9 "b", tais documentos deverão ser apresentado após a homologação do certame e antes da elaboração e/ou assinatura do contrato. Vejamos:

13.9. OUTROS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS.

a) Cópia do Registro no Conselho de Classe competente;

b) Apresentar Declaração Formal que **posterior a homologação do certame e anterior a Elaboração do Contrato, entregará:**

[...]

Vejamos o que reza o item 8.1.2 do edital:

8.1.2. As propostas de preços registradas no Sistema Comprasnet, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

Logo, não havendo necessidade de apresentar nesta fase da licitação tais documentos, ainda, a participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante, implicando assim, na plena aceitação das condições estabelecidas no edital.

Esta Pregoeira entende, que a inabilitação da referida empresa pela ausência tão somente de uma declaração, se daria por um excesso de formalismo.

Afim de sanar qual quer dúvida, após os recursos, os autos do processo foram encaminhados a Secretaria **SESAU** para analisar os Atestados apresentados pela empresa MARIFOSSA(0018442327), visto que esta Pregoeira não obtém expertise técnica, para atestar se os documentos apresentados pela MARIFOSSA é suficiente para atender as necessidades da solicitante.

Vejamos o resultado emitido pela SEOSP-NPE no Parecer nº 233/2021/SEOSP-NPE (0019651923):

Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP
Núcleo de Projetos de Engenharia - SEOSP-NPE

Parecer nº 233/2021/SEOSP-NPE

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU

ASSUNTO: MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE EFLUENTES DO JP II

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Este Parecer Técnico de Engenharia visa o atendimento à solicitação do Ofício nº 11838/2021/SESAU-GEComp (id. 0019369139), o qual solicita análise e parecer técnico quanto ao recurso administrativo interposto pelas empresas EMOPS e CASA NOVA ENGENHARIA, alegando que o Atestado de Capacidade Técnica de ETE, apresentado pela empresa MARIFOSSA, não atende ao solicitado no Termo de Referência.

2. DA ANÁLISE

Considerando a Proposta e Documentação (id. 0018442327) o qual apresenta, dentre outros documentos, os Atestados de Capacidade Técnica, páginas 80 a 86.

Considerando que, dos 7 (sete) atestados apresentados, 3 (três) não têm relação alguma com o Objeto do Termo de Referência, páginas 82, 83 e 84.

Considerando que, os serviços prestados, referente ao Atestado da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – FEASE, página 85, foram executados em várias unidades da Fundação, que estão localizadas em diversos municípios do Estado.

Considerando ainda que, o Atestado de Capacidade Técnica em que a empresa prestou serviços para Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, nas Estações de Tratamento de Esgoto - ETE, página 80, seja o de maior relevância, haja vista que, os serviços foram executados em mais de uma unidade de tratamento.

Diante o exposto, entende-se que os Atestados de Capacidade Técnica apresentados, que apresentam similaridade com o Objeto do Termo de Referência, estão de acordo.

Este é o parecer, *salvo melhor juízo*. Porto Velho, 30 de julho de 2021.

VALDEIR SOARES DA SILVA

Engenheiro Sanitarista e Ambiental - CPO / SEOSP

CREA nº 20455 D/MT

Mat.: 300.121.146

Dessa maneira, com base nas informações prestadas e verificando que não houve nenhuma irregularidade no presente certame, procedemos à decisão.

5. DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-o **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-os **IMPROCEDENTE**, permanecendo assim a última decisão exarada **Ata do Pregão Eletrônico Nº 044/2021 do dia 10/06/2021**, que **HABILITOU** as empresas **MARIFOSSA SANEAMENTO EIRELI ME** no item 01.

Porto Velho, 09 de Agosto de 2020.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA

Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Izaura Taufmann Ferreira, Pregoeiro(a)**, em 11/08/2021, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0019845242** e o código CRC **6CCAD7B0**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0036.190970/2019-07

SEI nº 0019845242